

Coletivo Nacional de Gênero
do Movimento dos Pequenos Agricultores

DIVERSIDADE CAMPONESA e questão ÉTNICO/RACIAL

————— Cartilha 5 —————

MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores

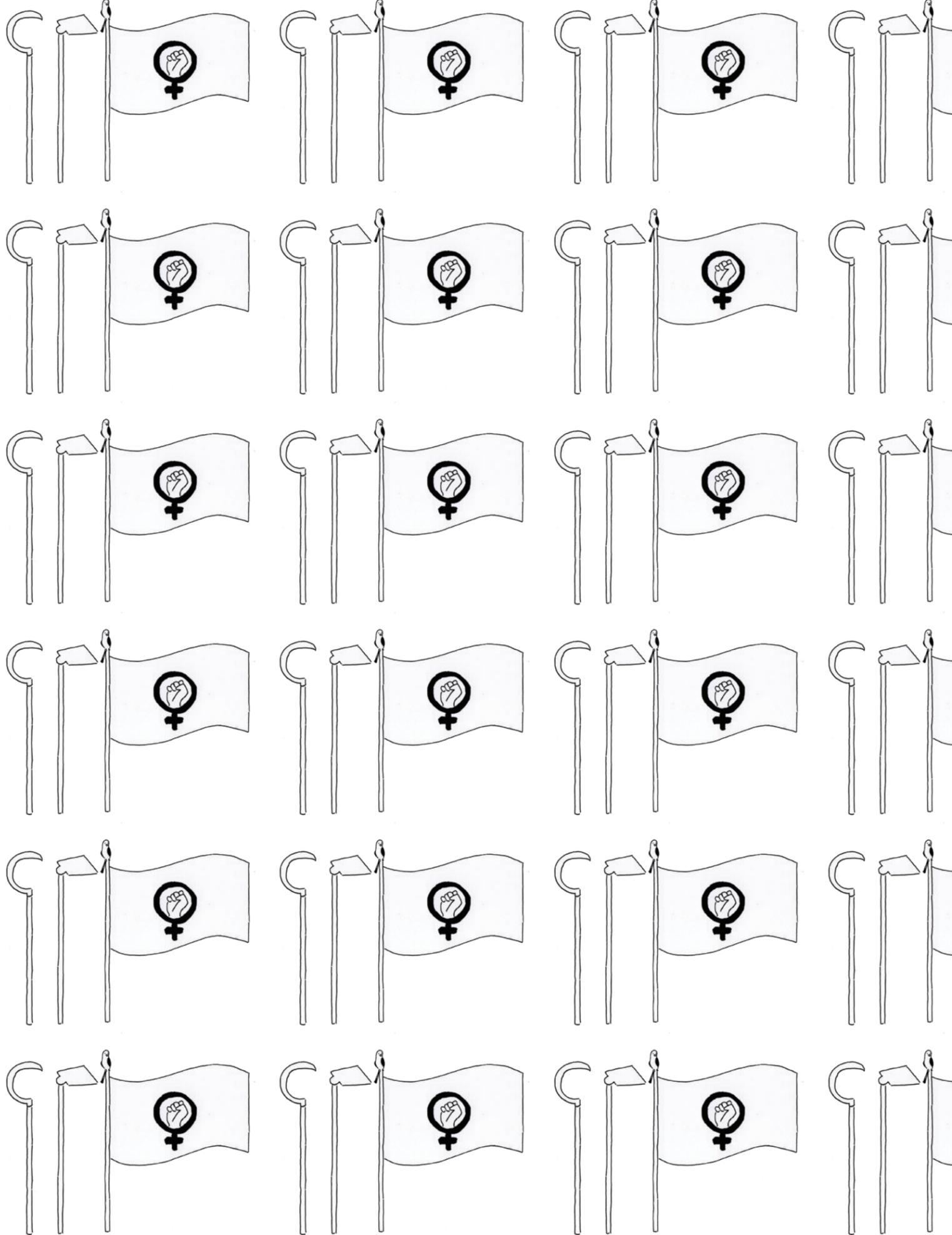


**Coletivo Nacional de Gênero
do Movimento dos Pequenos Agricultores**

DIVERSIDADE CAMPONESA e questão ÉTNICO/RACIAL

————— **Cartilha 5** —————

MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores



O MPA, através do Coletivo Nacional de Gênero, vem dando passos na construção de um grande desafio coletivo que é o de construir um **Plano estratégico de ação feminista nacional do movimento**, a partir dos eixos de articulação, formação, produção e abastecimento e incidência política nacional dentro de um diálogo processual, orgânico e pedagógico das instâncias até os territórios onde a vida camponesa pulsa. Esta construção inicial se coloca como um desafio e, ao mesmo tempo, um passo essencial para os próximos dois anos para o avanço do movimento na atual conjuntura brasileira de crises e agravamento dos problemas estruturais aqui enfrentados.

Dentro da construção deste plano de ação, a formação e a discussão na base camponesa do MPA aparece como um elemento fundamental para pensar a relação do nosso cotidiano com a construção estratégica da nossa organização. Fruto desse objetivo, o Coletivo Nacional de Gênero publicará seis cartilhas de formação em **Feminismo Camponês e Popular**, articulando as várias dimensões desta construção.

Você tem em suas mãos a quarta cartilha intitulada **Diversidade camponesa e questão étnico/racial**.

Por tudo isto, convidamos nossa base camponesa a fazer leituras, debates e contribuições de forma compartilhada desde os nossos territórios, grupos de base e instâncias e se somar conosco neste pensar e construir nossos territórios camponeses, estratégias para o poder popular e a luta feminista.

Boa leitura e bom estudo!

Coletivo Nacional de Gênero
MPA Brasil



INTRODUÇÃO

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), como um dos sujeitos coletivos que organiza a classe camponesa no Brasil, em suas mais diversas formas de relação com a natureza, vem nos últimos anos, refletindo, como um dos nossos desafios, em como construir passos que nos permitam seguir fortalecendo a organização do MPA, desde às comunidades camponesas. Neste caminho, um destes desafios é o de compartilhar as vivências, práticas e resistências dos povos que seguem em luta a partir de seus territórios e que configuram o rosto, o gênero, o corpo em enfrentamento e o cotidiano de quem luta no campo, nas águas e nas florestas. Nessa construção, aprofundar a questão étnico/racial é essencial, já que este é “um dos fundamentos estruturais da formação social e econômica brasileira, bem como toda a desigualdade resultante dela. Nesse sentido, urge a necessidade de debate e reflexão” (MPA BRASIL, 2021), como um processo que fortalecerá a organização, nossos processos de luta nacional e a materialidade do combate às desigualdades e injustiças que estruturam as relações nesse país.

Assim sendo, é importante demarcar que este primeiro texto é um desafio coletivo, fruto das provocações dos/as camponeses/as quilombolas do MPA, das mulheres camponesas, da juventude camponesa e de todo movimento diante da necessidade de seguir acumulando, ao lado de tantos/as camaradas, sobre a questão étnico/racial e os desafios da luta antirracista neste tempo de agravamento do avanço do modo de produção capitalista, pois “apreender às várias dimensões da questão racial como elemento estrutural da composição da nossa classe (...) é essencial para as nossas ações políticas” (MPA BRASIL, 2021). E, ao mesmo tempo, necessária para a compreensão da complexa realidade política e a urgente articulação das lutas de base antirracista, anti-imperialista, anticapitalista e antipatriarcal acirrada nesta conjuntura.

Nesta perspectiva, este material de estudo contará com a contribuição política e afetiva de várias/os camponesas/os do MPA, camaradas indígena e quilombola aliadas de luta. A partir destas contribuições, faremos um primeiro exercício de levantar elementos gerais sobre o tema, para que, no caminhar educativo das nossas ações e reflexões orgânicas, possamos seguir com várias mãos e lutas, acumulando e aprofundando a relação da diversidade camponesa e a centralidade da questão étnico racial neste momento. Desta forma, tomemos este material, como primeiro exercício coletivo de estudo e sistematização feito por mãos, corpos e vivências feministas e camponesas.

Sendo assim, leiam, reflitam e tragam maiores e profundas contribuições para o MPA Brasil a partir das percepções e resistências dos nossos territórios! Bom estudo Camaradas!



DIVERSIDADE CAMPONESA e a LUTA no MPA

“A luta no MPA tem uma importância muito grande, seja na força política, na visibilidade e na estratégia de enfrentamento do inimigo. Nós as mulheres negras e quilombolas somos parte inseparável da luta das mulheres do campesinato do MPA!”

MARINEI, QUILOMBO TAPUIO/PI, COLETIVO DE GÊNERO NACIONAL
E COORDENAÇÃO NACIONAL DO MPA BRASIL

A formação capitalista no Brasil traz algumas “particularidades” devido a nossa posição de capitalismo periférico de economia dependente, que na formação das classes sociais, está permeada pelas relações étnicas e raciais e traz para o interior das classes, diferenças em seus processos de organização e luta. Neste cenário, percebe-se que pensar a luta da classe trabalhadora nos impõe o desafio de entender também a formação dessa classe que não é homogênea. Compreender esse processo é necessário para pensar no processo de lutas e resistência, sobretudo como é a relação do Estado com essa diversidade camponesa em sua formação histórica. Para tratar da ocupação do território brasileiro é imprescindível destacar os sujeitos formadores da sociedade brasileira: homens e mulheres do povo originário indígena e negros (as) africanos (as) que forjaram lutas por liberdade, afirmação da espiritualidade e pela relação socioproductiva historicamente construída em seus territórios.

Contextualizar a questão agrária, a partir da luta pela terra, no cenário brasileiro é relembrar as lutas pela permanência na terra, travadas por diversos sujeitos históricos, a exemplo do povo originário indígena, que desde o chamado “descobrimento” do Brasil travam lutas de respeito ao seu território natural, brutalmente violentados pelos interesses expansionistas dos colonizadores e seu projeto econômico de exploração construído na Europa, relegando aos povos que aqui viviam a condição de escravo/mercadoria. Assim como a caminhada de tantas comunidades camponesas, o MPA é fruto de uma longa trajetória de lutas que tem como exemplos: a primeira greve negra na Bahia (1857); Conjuração Baiana (1798); Revolta dos Malês (1835); Balaiada (1838-1841); Revolta da Chibata (1910); Greve dos Queixadas (1962-1969); experiências das lutas de classes na África, América Latina, Haiti (Independência de 1804) e tantas outras invisibilizadas por aqueles que contam a história a partir dos vencedores. São lutas vinculadas aos processos revolucionários e ao poder popular; a luta das mulheres do cangaço, como Dadá e Maria Bonita até às diversas lutas camponesas por liberdade construídas por Dandara, Zeferina, Luisa Mahin, pelos povos indígenas e tantas lutas camponesas espalhadas pela história de resistência do nosso país.

Destes sujeitos/as eclodiram lutas importantes contra o domínio e exploração da burguesia e, ao mesmo tempo, contra a lógica da monocultura e do latifúndio tão presentes no confronto na luta pela terra em vários territórios camponeses do país, até os dias atuais. A luta pela/na terra se configurou ao longo da história pelos sujeitos interessados, sem haver um projeto institucional que formalizasse a distribuição de terras. Foi, neste contexto, que as mulheres camponesas e seus povos persistiram fazendo lutas populares e construindo resistências. Com isto, afirmamos que somos a resposta concreta que a história não apaga, somos as memórias das resistências num caminho que demarca que a luta educa! Por isso, resistimos do passado até a atualidade!

No Brasil, dadas suas dimensões continentais e o processo histórico de colonização com base na escravidão e dos povos indígenas originários, temos uma diversidade territorial, de biomas e cultural que compõe o cotidiano das mulheres camponesas do MPA.



Diversidade camponesa e a luta no MPA

Somos mulheres trabalhadoras camponesas, colonas, pretas, quilombolas, indígenas, catingueiras, amazônicas, arrendatárias, açaizeiras, posseiras, quebradeiras de côco de babaçu, de fundo de pasto; guardadoras e reprodutoras na oralidade, nas artes e nas práticas, dos saberes, da agricultura, das sementes crioulas, da biodiversidade, da soberania alimentar, das espiritualidades e dos modos de vida de nossas comunidades.

Essa diversidade tem proporcionado, e nos provocado, enquanto MPA, a mergulhar na nossa diversidade regional, geracional e de gênero, cultural, alimentar, produtiva, social, territorial, na qual as mulheres camponesas, negras, quilombolas e indígenas têm sido um elo essencial de unidade, mística e firmeza junto aos enfrentamentos. Em razão disso, nossos territórios e corpos são elementos históricos de resistência e obstáculos ao avanço da exploração do Capital. Portanto, para compreender essas relações e construir uma alternativa camponesa, como base no projeto de uma nova sociedade, é necessário entender que a sociedade no Brasil é capitalista, racista e patriarcal, assim como relacionar, como esses elementos nos atravessam enquanto sujeitas que constroem as lutas e como tudo isto, até os dias atuais, aprofunda a pobreza, as violências e as desigualdades na vida dos/as camponeses/as e com mais força sobre o povo negro e indígena brasileiro.

O CAMPESINATO e a questão ÉTNICO/RACIAL



“O MPA teve uma participação muito grande sim na nossa comunidade[...], principalmente na área da juventude e vem trazendo a consciência de que para vivermos em um mundo melhor a gente precisa lutar por que nada cai do céu [...], a conquista da nossa comunidade, o MPA teve presente e, por exemplo, nas casas rurais, na construção das cisternas de enxurrada, é a conquista do nosso trator, da nossa água encanada,[...] e levando consciência pra nossos jovens que pra termos uma vida melhor é preciso está disposto a lutar

SIRLANE, JUVENTUDE E QUILOMBO VÁRZEA QUEIMADA/BA



A desigualdade tem uma estreita relação com a concentração de terra e uma intensa relação com a propriedade, o poder econômico e, em consequência, o poder político. Neste rumo, olhando para os países latino-americanos, as desigualdades são profundas no acesso à terra, pois, como parte do avanço imperialista, enfrentamos inúmeras disputas pelo bens comuns dos povos que aqui existem, mas, ao mesmo tempo, apresentamos o pior índice de distribuição de terras no mundo, onde mais de

50%

das áreas produtivas
estão nas mãos apenas de

1%

dos
proprietários.

No Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2017,

1%

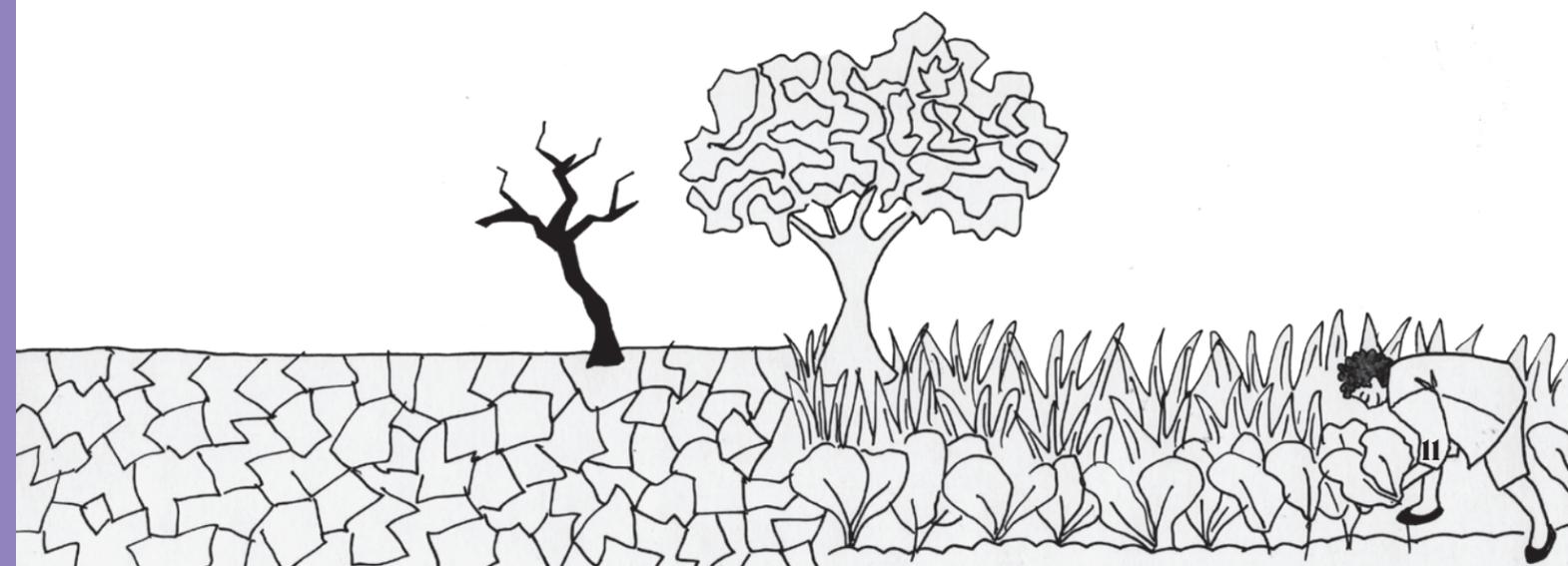
dos maiores
estabelecimentos
no campo ocupam

47,3%

da área,
enquanto os

50%

menores ocupam
somente
2,1%.



A diversidade construída nas diferenças, a partir do viés histórico, cultural e social, vai para além das características biológicas, observáveis a olho nu. Quando falamos de diversidade camponesa no Brasil, falamos de uma classe social que se formou como sujeito social e político na luta pela terra e território. A formação do campesinato no Brasil é marcada também pela diversidade étnica, nosso campesinato é, portanto, marcado pela influência dos povos que habitavam antes dos colonizadores invadirem essas terras, é marcado pelos negros que foram escravizados no Brasil e pelos europeus pobres que vieram em projetos de colonização.

A diversidade da condição camponesa, por nós considerada, inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009, p.11).

O Brasil foi a segunda maior nação escravista da era moderna, sendo o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão (1888), configurando-se como o maior importador de toda a história do tráfico atlântico e a segunda maior população negra do mundo, com cerca de 80 milhões de pessoas, só sendo superado pela Nigéria. Temos um país com grande diversidade étnica e racial e com uma população composta, essencialmente, por 03 (três) principais grupos étnicos: o indígena, o branco e o negro e é, desta relação, que temos uma classe trabalhadora diversa e, por consequência, uma diversidade camponesa, por isto afirmamos que no campesinato brasileiro não há homogeneidade étnica e racial.

Neste contexto, a luta camponesa, em especial das comunidades quilombolas, se constitui como um obstáculo ao desenvolvimento e expansão do capital. Ao lutar pela demarcação e posse das terras, o campesinato se torna empecilho direto de apropriação pela capital internacional. Sendo assim, a luta quilombola é, essencialmente, a expressão da luta de classes no campo e, nesse aspecto, o elemento da memória de luta é combustível necessário para (re) pensar a luta e organização camponesa no Brasil. A história da formação do campesinato negro no Brasil é fundada contra-hegemonicamente por revoltas, rebeliões e de uma luta clandestina pela liberdade e pela terra.

“É importante destacarmos nesse debate sobre raça que, a “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação.” (IANNI, 2004, p.23).

O racismo estrutural que permeia a sociedade está ligado diretamente à nossa formação social, econômica e cultural, desvendar os aspectos dessa nossa formação é o que fará compreender os desafios das lutas territoriais das populações do campo, das águas e das florestas, pois o cotidiano da luta camponesa, perpassa em lutar pelo direito à terra e ao território e isso é estar no enfrentamento ao modo de produção capitalista.

Os dados nacionais de 2012 indicam que 78% das famílias quilombolas brasileiras recebem a bolsa família, que 75% das famílias estão em extrema pobreza; 23,5% não sabem ler, 63% das casas são de terra; 62% não tem água da rede; 36% não têm banheiro; 76% não possuem saneamento adequado; 58% queimam ou enterram o lixo no próprio território e 78% não têm energia elétrica (Santos, 2017, p. 50).

A luta pela afirmação dessa forma camponesa é expressada pelos territórios quilombolas e no enfrentamento do nosso inimigo por todos os lados, pois, ao mesmo tempo em que querem nos destruir pelo uso da força e da violência, pela negação do nosso direito a terra e ao território, e há outro processo em curso de “cooptação” da perspectiva histórica dos movimentos negro e feministas do Brasil, com muito investimento do grande capital, como forma de nos acomodarmos dentro da ordem. “A política de cooptação por parte do estado capitalista e dos governos sempre foi e continua sendo a melhor estratégia da classe dominante pra tornar a demanda das mulheres algo inofensivo ao capital”. (Assunção; Valle; 2016)

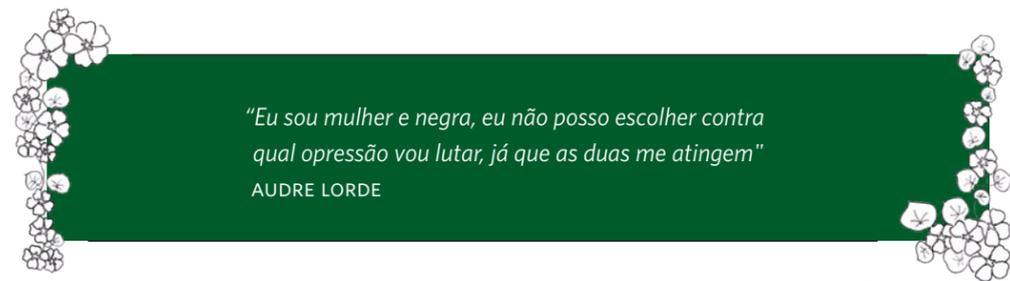
Temos que nos desafiar e articular a luta em defesa, reconhecimento e retomada dos nossos territórios como parte central da luta por projeto popular para o Brasil que seja capaz de superar a marca do racismo estrutural que funda a nossa formação. Por isso reafirmamos a demarcação de terras Indígenas, quilombolas e a urgência de uma Reforma Agrária Popular!

“Animai-vos, povo bahiense, que está para chegar o tempo feliz da liberdade. O tempo em que todos seremos irmãos. O tempo em que todos seremos iguais” (Revolta dos Búzios — Bahia, 12 de agosto/1798 — 223 anos de luta!).

O MPA tem presente em sua base organizativa, uma relação direta com os pequenos/as agricultores/as, com povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, comunidades de fundos de pasto, faxinalenses, assentados/as, acampados/as, posseiros/as e etc. Por isso, pela tradição de lutas da diversidade dos povos, refletir a questão étnico racial deve perseguir o caminho da tradição revolucionária dos povos e beber nas formulações das experiências históricas da classe em relação dialética com a formação social brasileira, visibilizando, principalmente, o papel, das mulheres na história social e lutas do campesinato, das mulheres que enfrentam com seus corpos, individuais e coletivos, o machismo, o racismo e o capitalismo.



As MULHERES CAMPONESAS no enfrentamento da questão ÉTNICO/RACIAL



"Eu sou mulher e negra, eu não posso escolher contra qual opressão vou lutar, já que as duas me atingem"

AUDRE LORDE

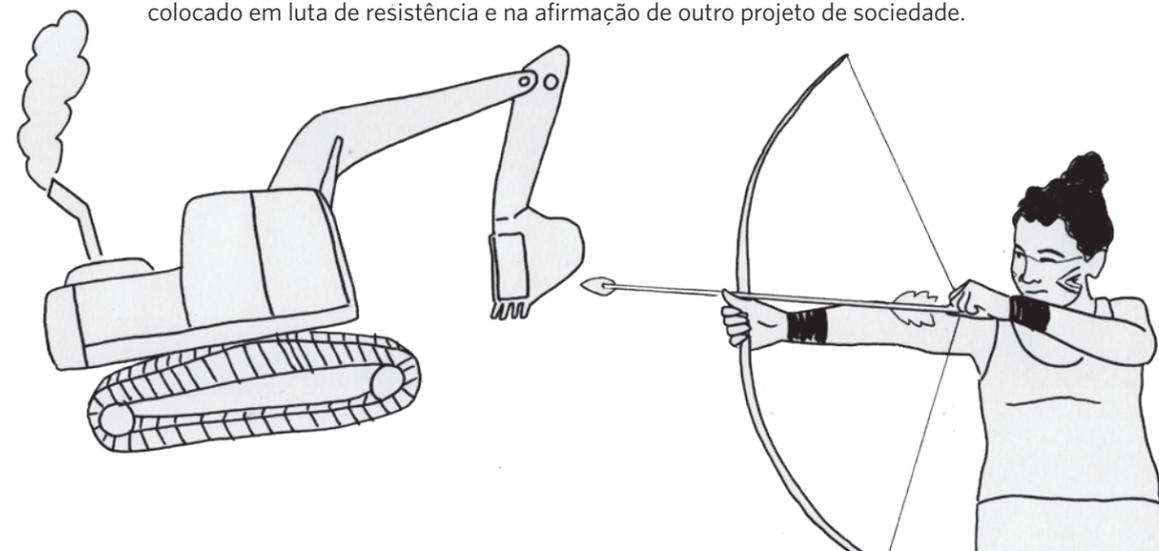
Pautar as dimensões de classe, étnica/racial articuladas às relações sociais de gênero, deve ser um dos eixos centrais para pensar a luta camponesa no Brasil, olhando para os aspectos da formação brasileira e entendendo que hoje falar em questão agrária perpassa em afirmar a necessidade do reconhecimento à histórica e a ocupação negra dos territórios remanescentes de quilombos. E que estes mesmos territórios, por serem frutos da resistência, são obstáculos para avanço do capital no campo.

O machismo que estrutura a sociedade burguesa e patriarcal também afeta a vida das mulheres de formas diferentes, as mulheres negras são as maiores vítimas da violência doméstica (58,7%) e também são as mais atingidas pela violência obstétrica (65,4%) e pela mortalidade materna (53,6%), de acordo com dados do Ministério da Saúde e Fiocruz (2017). São elementos que já trabalhamos nas cartilhas anteriores e reforçamos, nessa, pois as várias violências sofridas acirram-se sobre as mulheres negras e indígenas.

Hoje no Brasil, segundo a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), vinculada a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), existem 448 mil mulheres indígenas no Brasil dentro de uma população formada por 305 povos e aproximadamente 900 mil pessoas.

Ao lado deste, segundo a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), existem em torno de 6.330 comunidades quilombolas no Brasil, que vivem e produzem no campo e na cidade. Compreender a diversidade da classe camponesa no Brasil é fundamental para pensar os elementos que fundam esses sujeitos que se forjaram nas lutas populares.

No Brasil de hoje, a luta das mulheres pela terra e pelas resistências dos seus territórios é cerne diante do agravamento do avanço do modelo de produção capitalista e sua capacidade de mercantilização e privatização dos bens comuns dos povos. Nesta disputa, as mulheres cumprem um papel fundamental, já que além de guardiãs da biodiversidade, às mesmas, no cotidiano dos territórios exercem o papel de organização local e coletiva do território. Por isso não podemos perder a centralidade da luta que é impedir o avanço da forma capitalista de controlar a vida, principalmente, para o campesinato que tem se colocado em luta de resistência e na afirmação de outro projeto de sociedade.



MULHERES INDÍGENAS na LUTA pela TERRA e TERRITÓRIO

Com este contexto geral, partimos para a experiência das mulheres indígenas na luta pela terra e território. Ao elaborarmos este material, procuramos buscar elementos constitutivos de uma personalidade específica nos territórios indígenas: a figura da liderança feminina na luta pela terra, considerando os diversos aspectos que vivenciam enquanto significado de território. Nesse sentido, vamos considerar os mais variados contextos pelos quais se compreendem e dão significado a essa luta.

Na narrativa mítica, na orientação espiritual e cotidiana do Tronco Pankararu, há uma visão de uma figura feminina vista como mãe do criador e da criação, a mãe natureza, que compreende e protege os espaços onde há vidas. Todos os seres vivos humanos e não humanos, também as pedras, as águas e espíritos sagrados femininos e masculinos. O entendimento e conhecimentos deixados por nossos antepassados: os saberes tradicionais. (Filosofia Pankararu).

Um primeiro momento foi mergulhar no interior das aldeias e assim encontrar a essência que conduz essa trajetória entre o passado e o presente. O segundo momento foi tecer um olhar acerca do que está conjugado sobre questões indígenas atualmente. E, a partir dessas reflexões, encontrar a importância da presença das mulheres nesses lugares.

Sob o signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegitimidade que é o seu pecado original, jamais se redimiria (GUIMARÃES, 1977, p.19).

Tratar da trajetória histórica da ocupação das terras brasileiras é trazer para o cenário a distância intencionalmente construída entre o poder do latifúndio, a ocupação e resistência camponesa, que teve como marca a dominação de homens e mulheres através da exploração da sua força de trabalho e a expropriação sociocultural.

Em princípio, partiremos do território sagrado do Povo Pankararu. E, nesse sentido, podemos dizer que vivemos em uma sociedade matriarcal também, dada a presença de grandes lideranças femininas que atuam nos mais diversos campos, seja na tradição ou em questões e espaços em que se discute políticas públicas.

O Povo Pankararu tem um histórico de lideranças mulheres de bastante destaque em todos os campos. Desde a atuação com os saberes tradicionais e organização social, de cunho interno, até outros campos diversos e políticos como a participação em instâncias municipais, estaduais e nacionais, bem como a atuação no movimento indígena no que diz respeito a questões como educação, saúde e outras demandas que acontecem em espaços externos.

No entanto, a luta pela terra é a principal bandeira, porque sem a garantia da terra não há educação, não há saúde, ou seja, não existimos. Então é a partir dessa reflexão que trazemos a subjetividade do que venha a ser território, espaço sagrado, morada dos nossos antepassados, das árvores, das águas, das pedras, das serras, de todos os seres visíveis e invisíveis. Portanto, a compreensão de território vai além da extensão da terra em medidas de hectares, metros e quilômetros. É de uma história que estamos falando, do espaço de subsistência física, cultural e espiritual, da certeza que a existência do nosso futuro está garantido para as nossas gerações.

AS MULHERES DA TRADIÇÃO

Conforme os ensinamentos dos mais velhos e mais velhas, ensinamentos esses que vão sendo passados de geração a geração, e nos dizem que existem seres sagrados femininos também, portanto em forma de mulheres, com hábitos de mulheres, o que significa que somos seres divinos na nossa representação. E que, no mundo dos mistérios espirituais, a essência feminina se faz presente em um mesmo patamar que os seres sagrados masculinos.

As mulheres Pankararu também possuem a qualidade de detentoras, guardiãs e zeladoras de saberes tradicionais, que recebem ensinamentos da Mãe Natureza. São práticas que se traduzem através dos conhecimentos sobre a medicina tradicional em toda a sua diversidade e procedimentos de cura. As mulheres também são capazes do conhecimento dos rituais e cantos de contato com os encantados. Por isso, conhecem e podem participar dos processos de cura; podem conduzir e zelar dos objetos e rituais sagrados que simbolizam a crença, cozinhar a comida sagrada para os rituais e outras atividades. E a partir dos saberes que essas mulheres detêm são consideradas sábias na mesma dimensão dos homens que também detêm os mesmos saberes e ocupam esses espaços em especial considerados sagrados.

Então, por ser uma temática que para o movimento indígena é a mais importante no sentido de que “a luta pela terra é a mãe de todas as lutas”, na história Pankararu, a luta pelo direito à terra e território ancestral não seria diferente. De forma que a participação das mulheres sempre foi efetiva desde a década de 1930. Por exemplo, na Constituinte de 1988, a exemplo de Quitéria Binga Pankararu, que também lutou juntamente com outras lideranças pela regulamentação do território e também foi vítima de ameaças, mas faleceu em sua cama, e sua história é um grande exemplo e legado de lutas e conquistas do povo.

Ainda na atualidade, nossas lideranças mulheres estão ameaçadas, por isso sob a proteção dos defensores dos direitos humanos. Isso porque, a luta pela terra por parte das mulheres começa em princípio pelo zelo com a terra como mãe de todos os seres humanos e não humanos, árvores, vegetais e minerais. O zelo e a proteção por esta terra é que garante a nossa sustentabilidade física, cultural e espiritual. O território sagrado, morada dos nossos ancestrais, local dos espaços e rituais sagrados. Então, nossas mulheres têm uma identidade com a terra, com a narrativa mítica. Daí a participação tão expressiva das mulheres em todos os contextos sociais em Pankararu e para além do território Pankararu.

Assim, sendo as aldeias como ponto de partida que dimensiona a construção dessas personalidades, a relação de convivência com pessoas mais velhas, bem como o envolvimento nos movimentos internos, são estruturas que norteiam essa trajetória. Para além da vivência, sobretudo se constitui indiretamente em formação, uma relação de aprendizado ao apreender os saberes, passados através das pessoas sábias nos povos. O que neste sentido requer fazer menções aos diferentes espaços de representatividade em que diferentes mulheres atuam. Mas buscando na história, a partir da memória de nossas interlocutoras até a atualidade.

Dessa forma, vamos aqui pontuar organizações de mulheres e outras instituições de caráter e mistos, pois atendem homens e mulheres, e outros coletivos porque se destinam a uma população que inclui índios e não índios. Nesses espaços as mulheres se destacam na defesa da presença indígena na busca de seus direitos e no reconhecimento de suas diferenças. A especificidade dessas mulheres é poderem permanecer ligadas às nossas bases como as organizações de jovens e mulheres, bem como as associações comunitárias. Mas também ultrapassarem as fronteiras das aldeias para compor Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais de diferentes naturezas.



ESPAÇOS SOCIAIS DE LUTAS COLETIVAS

Para os povos indígenas em suas maneiras de viver antes e após o contato com o colonizador, havia e há convivência com seus próprios sistemas de saúde, legado que acompanha o cotidiano destes povos até os dias atuais. Então, tratar da saúde indígena enquanto sistema ou sistemas também é compreender que existe uma rede de elementos relacionados ao que constitui um complexo envolvimento de saberes, desde o conhecimento das plantas nativas até a comunicação com os espíritos sagrados.

Nesse sentido, um primeiro ponto é frisar figuras femininas em atuação nestes espaços de saberes, o conhecimento da manipulação das ervas nas diversas formas de cura, bem como rezas e rituais envolvendo outros elementos da natureza. A partir das práticas dessas pessoas em prol da saúde da comunidade, várias são as denominações a elas atribuídas: parteiras, pajés, curandeiras e benzedeiros, entre outras. Então, se faz necessário compreender enquanto uma rede saberes há séculos existente, por isso um sistema de saúde que perpassa por gerações e gerações e sobrevive até os dias de hoje. Esse sistema de cura tem as mais variadas dimensões, ou seja, compreende a cura das mazelas do corpo, da mente e da alma, o que obviamente tem a ver com a forma de vida desses povos.

Atrelada a esses espaços de atuação interna está a educação indígena, que nesse momento diz respeito aos conhecimentos transmitidos pelos mais velhos e mais velhas. E nesse sentido as mulheres se constituem em verdadeiras educadoras, dada a sua missão de passar tais ensinamentos para as gerações mais jovens.



CONSIDERAÇÕES

O desigual acesso à terra nesse país começa com o genocídio dos povos originários, se estende com a escravização do povo negro e se conforma com a negação e proibição do acesso à terra, à educação formal, ao voto por gerações e o direito de contar a sua própria história. Desvelar essas injustiças históricas é compreender e dar visibilidade à história dos vencidos, que a elite agrária, latifundiária, escravista, colonialista e capitalista e depois de braços dados com o Estado burguês expropriou, explorou, negou a sua humanidade enquanto desumanos são todos aqueles que ainda negam que toda essa perversidade não tenha consequências na vida dos povos nos dias atuais.

Consequências que fazem com que o povo negro resista nos cantos mais remotos, onde não chega luz, ou chega de forma precária, onde não chega nem 2% do saneamento básico nos cantos mais profundos desse Brasil, heranças dos quilombos construídos pela ânsia da justa, inegociável e negada liberdade.

Consequências que faz o jovem negro nesse país ter uma arma apontada para sua cabeça, um "segurança" grudado nas suas costas e um pé no seu pescoço, materializada por uma força policial militarizada que defende a propriedade privada mais do que a vida, e não importa o que ocorra, o suspeito é sempre o negro, numa formação forjada nesse racismo que estrutura todo o tipo de violência.

“Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista” nos ensina Angela Davis, não basta não ser machista, é preciso defender o feminismo camponês e popular, não basta ser camponês e camponesa, é preciso lutar por terra nas mãos da totalidade do campesinato e defender uma reforma agrária popular. A luta pela terra nos territórios indígenas, têm uma importância vital em todos os sentidos, pois se constitui de vários elementos necessários a essa sobrevivência física e cultural. No entanto, desde a invasão do ano de 1.500 essa mãe terra vem sendo violada e violentada juntamente com os filhos e filhas que dela vivem. Um processo histórico de violência e racismo escancarado até os dias atuais.

É nessa trajetória de luta e resistência que nossas se constituem lideranças e passam a defender no campo jurídico, juntamente com nossas lideranças homens, o direito à posse de suas terras. É uma luta fortalecida principalmente pela nossa espiritualidade. E assim uma jornada secular vai se estendendo anos após anos, uma disputa injusta para o nosso lado, porém sagrada. Pois de um lado estão os ditos poderosos nessa terra, do nosso lado está o poder sagrado e a certeza de que poderoso é apenas o poder divino, o poder da justiça.

Para tanto, propomos por meio desta 5ª cartilha a tarefa de (re)conhecer nossa diversidade, somos muitas, somos diversas e isso é o que nos fortalece, unidas por um propósito revolucionário que é a superação de todas as opressões de classe, gênero e étnico/raciais.



PROVOCAÇÕES COLETIVAS: reflexões para trazer o cotidiano



“Nossa organização se deu por meio das categorias de gênero e classe. Compreendendo que as desigualdades que afetam as mulheres são estruturais de uma sociedade capitalista, patriarcal, racista, que não é possível eliminar a opressão, dominação e exploração de gênero sem eliminar a de classe e de raça e vice-versa. Estas categorias têm sido de fundamental importância para os nossos debates e avanço político-organizativo. Permitiu-nos identificar as desigualdades vivenciadas pelas mulheres do campo: desigualdade no acesso aos direitos sociais, no acesso a ter nossos nomes nos documentos das terras, e o não reconhecimento de nossa participação política como mulheres do campo nos partidos, sindicatos e organizações sociais, ou uma participação limitada a espaços e funções secundárias, sendo excluídas dos espaços de tomada de decisão”

VI ASSEMBLEIA CONTINENTAL DE MULHERES DA CLOC/LVC, CUBA, 2019.
TEXTO DE ESTUDO ELABORADO, COLETIVAMENTE, PELA ARTICULAÇÃO DE MULHERES DA CLOC/LVC



TRABALHANDO O RACISMO NO NOSSO COTIDIANO: COMO REFLETIR E ENFRENTAR?

Moramos num sistema que é, ao mesmo tempo, capitalista, racista e patriarcal. Esse sistema é a soma de três opressões-discriminações-dominações e que, querendo ou não, levamos dentro. Esse sistema que faz com que viver num corpo de mulher não seja a mesma coisa do que viver num corpo de homem; viver como mulher branca ou como mulher negra; viver na cidade ou no quilombo; viver com dinheiro ou sem. E que coloca às mulheres, negras, quilombolas, camponesas, indígenas e pobres numa situação de especial vulnerabilidade; e também numa tarefa histórica de luta e organização.

Então, se queremos mudar a sociedade, se queremos transformar a realidade, devemos analisar também, quanto de nosso cotidiano chega desse sistema, quanto que reproduzimos esse patriarcado-capitalismo-racismo.

É importante trabalhar sobre o tema, romper preconceitos e ajudar às que ainda estão mais longe no caminho.

Propomos para isso um exercício, podemos fazer ele no privado, ou melhor ainda, provocar ele num debate de nosso grupo de base, ou em outra instância do movimento.

- ① Fecha os olhos e imagina uma liderança do MPA, como ela é?
- ② Vamos ler algumas frases que companheiras do MPA enviaram para nós, frases provocativas com perguntas para o debate:

Sou mulher do campo, agricultora, sou MPA. Mas também sou mulher negra quilombola e defendo minha raça/etnia.

Quando pensamos nas bases do MPA, olhamos para a diversidade de população negra/indígena/quilombola/camponesa...?

O feminismo construído dentro do território quilombola tem algo de pertencimento, precisamos de espaços próprios.

A diversidade étnica e racial da nossa base, aparece em nossos símbolos? (hino, bandeira, faixas,...)

Eu senti falta dos meus cantos, das cirandas, de bonecas negras... em nossas místicas precisamos reverenciar nossas ancestralidades, os orixás.

A mística, cerimônias, rituais... de nossos povos quilombolas e indígenas aparecem nas místicas do movimento? e os cantos? as brincadeiras?

Nosso feminismo acolhe mulheres do candomblé, umbanda, evangélicas, católicas... todas com uma pauta de defesa de nossos direitos.

A diversidade religiosa, está realmente aceita? Já falamos alguma vez disso em nossas comunidades? ou assumimos que as pessoas têm nossas mesmas crenças?

Quando entrei para o movimento, outras pessoas negras me falaram que ia para movimento de brancos... rsrsrs... o movimento precisa descolorir.

O que sabemos das cosmovisões diversas das pessoas e comunidades que moram perto ou junto a nós?

Atuar na imagem que somos iguais não adianta, não resolve o problema.

Somos todas/todos iguais? ou somos todas/todos diversas? Quais discriminações se escondem atrás desses pressupostos?

O sistema não quer escutar nós falando porque somos mulheres, negras, pobres, quilombolas e periféricas.

Todas e todos temos as mesmas possibilidades? começamos do mesmo ponto?

A questão racial está bem enraizada, algumas pessoas brancas não querem falar do assunto, não querem olhar para seu interior; até falam que o racismo não existe mais, que é mentira.

- ③ Quais outros debates podemos fazer? Como ir construindo lutas antirracistas dentro da luta camponesa e popular?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANMIGA. **Manifesto das primeiras brasileiras**. As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena. 2019. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/>.

GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, A. Apresentação da coleção história social do campesinato brasileiro. In: GODOI, E. P. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. Brasília: Ed. da UNESP, 2009. p.23-36

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Editora Paz e Terra, 1977.

IANNI, Octávio. **Dialética das Relações Raciais**. Estudos Avançados. 18 (50), 2004.

MPA BRASIL. **Considerações iniciais sobre a questão de "Raça e Classe" no MPA. 2021**. (Documento de estudo interno).

MPA BRASIL. **Roteiro de estudo e debate classe e raça no MPA, 2021**(Roteiro em construção — interno MPA).

SANTOS, Thais Calixto dos, 2017. **Universidade, território e emancipação**: quilombolas estudantes no ensino superior. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Salvador de Bahia, 2017.

4º Congresso da Internacional Comunista. **Tese sobre a Questão Negra**. 30 de Novembro de 1922. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/11/30.htm>.

© MPA Brasil, 2021

Esta obra atende às normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde janeiro de 2009.

Título original: Saúde Camponesa Popular

Elaboração: Coletivo Nacional de Gênero:
Adriana Muller
Cíntia Souto
Débora Varoli
Denilva Pinto
Edleuza Cassemiro
Elisa Urbano Ramos (Povo Pankararu)
Esti Redondo
Flávia Vargas
Gabriela Amorim
Gilvanir de Souza
Humberto Palmeira
Isabel Ramalho
Jeieli Laís
Jozelita Tavares
Juscimara Almeida
Leila Santana
Leile Teixeira
Letícia Chimini
Marina Freire
Marinei dos Santos
Roseli Souza
Selma dos Santos Dealdina (CONAQ)
Sônia Costa
Thais Moura
Viviane Chiarello

Realização: MPA BRASIL
ANAC

Apoio: Bizilur
Diputación Foral de Bizkaia
Gobierno Vasco

Design gráfico: Gabriela Ferreira (*Instagram: @gabiiferreira*)
Ilustrações: Thais Pereira Carvalho (*Instagram: @artistadesconhecida*)

Fontes: Whitney e Room 205

MPA Brasil
mpabrasil.org.br · YouTube: @mpabrasil · Twitter: @mpabrasil · Facebook: fb.com/mpacampesinato · Instagram: @mpa.brasil

